

Maria Izabel Machado
(Organizadora)

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Maria Izabel Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade 2 / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0108-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.087223005>

1. Sociologia. I. Machado, Maria Izabel (Organizadora).

II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra *Sociologia: Tempo, Indivíduo e Sociedade II* neste segundo volume nos convida a refletir sobre sociologias múltiplas: dos desastres, da educação, sobre o ambiente e como nos relacionamos com ele.

Os lugares múltiplos que ocupamos como sujeitos são cada vez mais pressionados pelo consumo e suas implicações com nossas identidades e pertencimentos. Em contraposição somos demandados a assumir responsabilidades éticas frente aos desastres multifacetados que nos assolam.

Os capítulos que seguem estão organizados de maneira a nos conduzir por essas que são ao mesmo tempo grandes questões sociológicas e a vida cotidiana como experimentada por múltiplos sujeitos. O binômio indivíduo/sociedade, que tem polarizado leituras clássicas e contemporâneas, é colocado aqui em outra perspectiva: o modo como somos intersectados pelas redes.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ETNODESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE PATAXÓ: DA ALDEIA PARA O MUNDO Simone Jörg  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230051	
CAPÍTULO 2	7
POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS MAIS POBRES NO BRASIL: UM CASO DE <i>WORKFARE STATE</i> ? Adriane Vieira Ferrarini  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230052	
CAPÍTULO 3	18
DESCOMPOSICIÓN GLOBAL SOCIAL, MIGRACIÓN PERENNE Gumersindo Vera Hernández Elsa González Paredes  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230053	
CAPÍTULO 4	26
MIGRAÇÃO E PERTENCIMENTO: ESTRATÉGIAS MIGRANTES NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE PERTENÇA Antonio Nolberto de Oliveira Xavier  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230054	
CAPÍTULO 5	44
ENQUADRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EM DISPUTA NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL DE GRANDES DESASTRES DA MINERAÇÃO Raquel Lucena Paiva  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230055	
CAPÍTULO 6	61
SOCIEDADE DE CONSUMO E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS Ana Cristina Bagatini Marotti Juliano Costa Gonçalves Cristine Diniz Santiago Erica Pugliesi Luiza de Lima Neves Aline Chitero Bueno  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230056	
CAPÍTULO 7	75
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO Adelcio Machado dos Santos  https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230057	

CAPÍTULO 8	87
A FORÇA COMUNICACIONAL DO YOUTUBE E O FENÔMENO DE WHINDERSSON NUNES	
Leonardo Gonçalves de Souza	
Diego Rafael Munhak	
Cristiano de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230058	
CAPÍTULO 9	92
FOME E MODERNIDADE: DESAFIOS PARA OS PROGRAMAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	
Tania Elias Magno da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230059	
SOBRE A ORGANIZADORA	104
ÍNDICE REMISSIVO	105

CAPÍTULO 1

ETNODESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE PATAXÓ: DA ALDEIA PARA O MUNDO

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 07/04/2022

Simone Jörg

Instituto de Psicologia – Universidade de São
Paulo
São Paulo - SP
<http://lattes.cnpq.br/4679974193151981>

RESUMO: Considerado extinto por Darcy Ribeiro (1970) o povo pataxó no extremo sul da Bahia, na pesquisa de Jörg (2017), apresenta sua luta pela defesa do território e identidade pataxó com o projeto de Etnodesenvolvimento elaborado e implantado na Reserva Pataxó da Jaqueira. Litte (2002) esclarece as acepções do termo etnodesenvolvimento e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais para o grupo étnico. Os saberes indígenas convocados pelos pataxó encontraram na memória coletiva de sua cultura a inspiração e a resistência da ancestralidade ameríndia; ressaltada por Krenak (2019) ao tecer críticas sobre a narrativa hegemônica globalizante capaz de alienar a humanidade do organismo de que são parte, a natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Etnodesenvolvimento. Saberes indígenas. Descolonização da Natureza.

ETHNODEVELOPMENT AND PATAXÓ IDENTITY: FROM THE VILLAGE TO THE WORLD

ABSTRACT: Considered extinct by Darcy Ribeiro (1970) the Pataxó people in the extreme south of Bahia, in Jörg's research (2017), presents their struggle for the defense of Pataxó territory and identity with the Ethnodevelopment project elaborated and implemented in the Pataxó da Jaqueira Reserve. Litte (2002) clarifies the meanings of the term ethnodevelopment and its economic, political and social consequences for the ethnic group. The indigenous Knowledge summoned by the Pataxó found in the collective memory of their culture the inspiration and resistance of Amerindian ancestry; highlighted by Krenak (2019) when criticizing the globalizing hegemonic narrative capable of alienating humanity from the organism of which they are a part, the nature.

KEYWORDS: Ethnodevelopment. Indigenous Knowledge. Decolonization of Nature.

Conforme Jörg (2017: pp. 56-58), Darcy Ribeiro (1970:171) menciona que no início do século XX, imensas regiões “[...] foram ocupadas pacificamente pela sociedade brasileira; e os índios que as habitavam passaram a viver nos postos indígenas, assentados em pequenas parcelas dos antigos territórios tribais”.

Com o apoio irrestrito do SPI¹ (Serviço de Proteção ao Índio), o qual teve como função “disciplinar” os grupos indígenas que

¹ O SPI foi instituído em 20 de julho de 1910, sob o decreto de nº 8072 e inaugurado em 7 de setembro de 1910.

ocupavam os sertões brasileiros, por meio de estratégias de assimilação², fazendo com que comunidades abandonassem suas vastas áreas territoriais, para que fossem ocupadas por brasileiros que se beneficiariam através de suas terras, áreas prósperas, como é apresentado por Darcy Ribeiro, onde se encontravam alguns dos maiores cafezais do Brasil, e se desenvolveram grandes cidades e fazendas, regiões de grandes riquezas, assinala Cunha (2010).

Cunha (2010) menciona que para Moonen (1983), na visão do colonizador brasileiro as terras dos indígenas eram *terras de ninguém* e tais, seriam de posse de quem investisse dinheiro e esforço para explorá-las. Entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, imigrantes europeus ocupavam estados do sul do Brasil, exterminando aldeias indígenas, com a justificativa de progresso e prosperidade da nação. Nesta perspectiva, territórios indígenas foram cedidos a estrangeiros e os nativos que conseguiam escapar dos massacres foram condenados à indigência, como posseiros de uma área territorial, demarcada pelo governo e jamais como proprietários³.

O governador do Estado da Bahia, Francisco Marques de Góes Calmom, através da Lei estadual de nº 1916, em 09/08/1926, autorizava a cessão de 50 léguas quadradas das terras do Estado à União oportunizando aos índios Tupinambá, Pataxó e de outras etnias que habitavam o sul baiano a permanência em áreas demarcadas, assegurando a preservação das essências florestais naturais. Estas demarcações aconteceram entre os anos de 1926 e 1930, efetivadas sob a gerência do Capitão Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos⁴ (PARAÍSO, 1989 apud CUNHA, 2010).

Tão logo souberam da demarcação das referidas terras que constavam em lei, os fazendeiros locais se mobilizaram para impedi-la: “pois vinham constantemente solicitando mediação de áreas onde, antes da reserva, eram consideradas terras devolutas, para transformá-las em fazendas de cacau ou de gado”⁵.

Darcy Ribeiro (1996) ao estudar o Brasil indígena do século XX quanto as etapas da integração, elabora duas relações dos grupos indígenas brasileiros, distribuídos por categorias referentes ao grau de integração em que cada um deles se encontrava em 1900 e em 1957, início e fim do período objeto de análise.

Na primeira relação retrata o Brasil indígena em 1900, isto é, a situação em que se encontravam os grupos indígenas que sobreviveram até então quanto ao tipo de contato que mantinham com a sociedade nacional por meio das categorias “isolados”, “contato

2 Conforme Cunha (2010), o SPI tinha a intencionalidade de uma re-elaboração de “uma guerra justa” que segundo LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianista e Formação do Estado No Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 43. Trata-se de “[...] populações que, destruídas, submetidas através da guerra, ou tendo sido componentes de variados sistemas e modos de dominação hegemônicos pelo conquistador passaram pelo poder tutelar”.

3 MOONEN, Francisco. *Pindorama Conquistada – Repensando a Questão Indígena no Brasil*. João Pessoa: Alternativa, 1983, p. 57.

4 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Os Índios de Olivença e a Zona de Veraneio dos Senhores de Cacau da Bahia*. Revista de Antropologia (São Paulo), São Paulo, v. 30-32, 1989, p. 79-110.

5 LINS, Marcelo. *Vermelhos na terra do cacau: atividades comunistas no sul da Bahia*. Salvador. UFBA. 2007. [dissertação de mestrado].

intermitente⁶”, “contato permanente⁷” e “integrados⁸” e, no período mencionado, os Pataxó encontram-se na categoria “*isolados*”, ou seja, tribos vivendo em zonas não alcançadas pela sociedade nacional, que só haviam experimentado contatos acidentais e raros com civilizados.

Ao analisar o quadro 2, ou seja, da segunda relação construída por Darcy Ribeiro, Jörg (2017: 43,44) constata a situação dos mesmos grupos em 1957, ou seja, os que então permaneciam *isolados*, os que entraram em *contato intermitente* ou *permanente*, os *integrados* e, finalmente os *extintos*, isto é, os que desapareceram nesse meio século como grupos tribais diferenciados da população brasileira, surpreendentemente aponta a **extinção do povo Pataxó**.

Com o lema: “Pra Frente Brasil”, O Brasil, durante a década de 1970, permitia a aquisição de terras em prol do desenvolvimento agrário e pecuário: “a essas pessoas eram dadas garantias documentais de que não havia a presença de gente naquelas terras e que, portanto, poderiam ser colonizadas sem receio”⁹. Prática usual, nos territórios habitados por índios, no nordeste do Brasil, e ignorada pela própria lei, em razão da afirmação que nesta região não havia registro de “índios puros” (CUNHA, 2010).

Para surpresa de etnólogos e órgãos de apoio ao índio, a população ameríndia cresceu no decorrer da segunda metade do séc. XX, juntamente com o seu desejo de autoafirmação frente à comunidade brasileira que, segundo Darcy Ribeiro¹⁰ seria explicado pelo sentimento de identificação tribal capaz de ensejar a luta travada pelos grupos étnicos por conservar sua identidade e autonomia (IBID, 2010).

Little (2002, p.38) demonstra que os antropólogos começaram a trabalhar com o conceito de “desenvolvimento local” com o objetivo de documentar etnograficamente as distintas maneiras pelas quais o conceito de desenvolvimento é concebido, operacionalizado ou apropriado por distintas sociedades, como contraponto à hegemonia ocidental (DAHL & RABO, 1992). O material dessas pesquisas revelou que o desenvolvimento tem múltiplos

6 A categoria “contato intermitente” construída por Darcy Ribeiro (1996) diz respeito aos indígenas que viviam em regiões que começavam a ser ocupadas pelas frentes de expansão da sociedade brasileira e o determinante fundamental de seu destino era, já então, o valor das terras que ocupavam, a critério dos civilizados, ou mesmo seu próprio valor como mão-de-obra, quando utilizável para qualquer produção mercantil (...) e, nessa categoria encontravam em 1900, 57 grupos, 24% do total de 230 (pp.259-260).

7 Estão relacionados na categoria “contato permanente” as tribos que mantinham, em 1900, comunicação direta e permanente com grupos mais numerosos e mais diferenciados de representantes da civilização. Havia perdido em grande parte a autonomia cultural, uma vez que se encontravam em completa dependência do fornecimento de artigos de metal, sal, medicamentos, panos e muitos outros produtos industriais. Nessas condições se encontravam, em 1900, 39 grupos indígenas ou 16,9 % do total de 230. (IBIDEM, pp. 261-262)

8 Na categoria “integrados” estão relacionados os grupos que, tendo experimentado todas as compulsões referidas e conseguido sobreviver, chegaram ao século XX ilhados em meio à população nacional, à cuja vida econômica se haviam incorporado como reserva de mão-de-obra ou como produtores especializados de certos artigos para comércio. Estavam confinados em parcelas do antigo território ou despojados de suas terras, perambulando de um lugar a outro, sempre escorraçados. Compreendiam 29 tribos – 12,6% do total – e, entre todas, eram as que enfrentavam mais precárias condições de vida, maior dependência e miséria. Aparentemente, haviam percorrido todo o caminho da aculturação, mas para se assimilarem faltava alguma coisa imponderável – um passo apenas que não podiam dar (IBIDEM, p. 262).

9 MUNDUKURU, Daniel apud Cunha (2010) *O Banquete dos Deuses – Conversa sobre a Origem da Cultura Brasileira*. Coleção Jovem Século 21. São Paulo: Angra, 1999, p. 83.

10 RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970, p. 212.

sentidos e que interage em formas diferenciadas entre distintos grupos étnicos e religiosos.

O autor esclarece que o termo etnodesenvolvimento possui duas grandes acepções na leitura especializada: (1) diz respeito ao desenvolvimento econômico de um grupo étnico e; (2) o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social (STAVENHAGEN, 1985), sendo as duas acepções não excludentes, ao contrário, existem em relação dialética constante de tal modo que é possível afirmar que o desenvolvimento da etnicidade sem um correspondente avanço no pano econômico só promoveria a existência de um grupo étnico marginal e pobre; e um desenvolvimento econômico que destrói as bases da etnicidade de um grupo representaria uma volta à hegemonia da modernização que foi altamente destruidora da diversidade cultural. Sendo assim, o foco central de quaisquer programas ou atividades do etnodesenvolvimento visa o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas. Para tanto, o principal nível no qual se trabalha o etnodesenvolvimento é o local, justamente por ser este o nível reduto das maiores oportunidades para os grupos étnicos exercerem influência nas decisões que lhes afetam e, conseqüentemente, promover possíveis mudanças em suas práticas econômicas e sociais. Também é no nível local que se inicia o processo de construção da autogestão étnica¹¹.

Entendemos por “saberes indígenas” conhecimentos, valores e práticas apoiadas na ancestralidade indígena; e que possam até mesmo guardar relações conceituais próximas/semelhantes com a cosmovisão ancestral do Altiplano andino¹².

Vozes indígenas emblemáticas como de Ailton Krenak e Davi Kopenawa, tanto para a sociedade indígena como não-indígena, quer a nível nacional quanto internacional, há décadas compartilham os saberes ancestrais que, nas palavras do autor Krenak, em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo” faz referência ao livro “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami” de autoria de Davi Kopenawa, como um livro que:

“tem a potência de mostrar a todos que estão numa espécie de fim dos mundos, como é possível que um conjunto de culturas e de povos ainda seja capaz de habitar uma cosmovisão, habitar um lugar neste planeta que compartilhamos de uma maneira tão especial, em que tudo ganha um sentido. As pessoas podem viver com o espírito da floresta, viver com a floresta, estar na floresta” (p.25).

Krenak faz críticas à narrativa hegemônica globalizante responsável por alienar o que se chama de “humanidade” do organismo de que são parte, a Terra, a pensar que ele é uma coisa e nós, outra. O autor afirma: “Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza” (pp.16-17).

Nesse sentido, Jörg (2017) apresenta-nos em sua pesquisa de doutoramento os

11 Para o impacto desejado, tais mudanças precisam ocorrer nos níveis regional, nacional e internacional igualmente, conforme Little (2002, p.40).

12 Ver “El Buen Vivir y los saberes ancestrales frente al neoextractivismo del siglo XXI” de Bruna Muriel Huertas Fuscaldó & Vivian Urquidí da Universidade de São Paulo in: Polis, Revista Latinoamericana, Volumen 14, N° 40, 2015, p. 81-99.

saberes ancestrais do povo pataxó da Reserva Pataxó da Jaqueira e a retomada de seu território sagrado, com ajuda coletiva das demais aldeias pataxó do extremo sul da Bahia.

Em 1997, a Terra Indígena Pataxó, Coroa Vermelha, que estava em processo de demarcação, incluía a área que hoje denomina-se Reserva Pataxó da Jaqueira. A retomada da Jaqueira contribuiu para apressar a homologação da Terra Indígena Coroa Vermelha.

O processo de retomada ocorreu porque na época aquele que se dizia dono da terra (a empresa Góes Cohabita¹³) começou a degradar a área que já estava em processo de demarcação para área indígena. Como sua intenção era realizar loteamentos, começou um intenso processo de desmatamento. Em 11 de outubro de 1997, os indígenas se reuniram e ocuparam a área com a ajuda das aldeias Caramuru, Paraguaçu, Boca da Mata, Barra Velha, Mata Medonha e a sede Coroa Vermelha.

Após muitas reuniões e discussões, contando com o apoio de amigos e parentes, a ASPECTUR (Associação Pataxó de Ecoturismo) foi reconhecida e registrada em Ata, no dia 25 de janeiro de 1999.

Depois de criada a Associação, percebeu-que era necessária a elaboração de um projeto que gerasse fundos para garantir a manutenção e proteção da Reserva da Jaqueira. Foi assim que uma nova comissão formada por Nitynawã, Aruã, Saracura e Jean vão à FUNAI (por se tratar de um órgão federal de apoio aos povos indígenas no Brasil), em Brasília em agosto de 2000, apresentar a proposta; tendo sido aprovada em 11 de outubro do mesmo ano.

E assim “a Reserva da Jaqueira serve como exemplo de afirmação cultural e preservação ambiental em terra indígena. Desde o início do nosso trabalho estamos desenvolvendo a conscientização do meio ambiente e também o fortalecimento dos nossos costumes e tradições”, afirma a liderança e autora Nitynawã Pataxó (2011, p.44).

Abrir para a visitação de turistas foi a forma encontrada para manter a preservação do local, para tanto, são realizadas palestras de educação ambiental e cultural, trabalho conhecido como etnoturismo, já que é realizado em uma área indígena. Assim, a visita não se restringe a passeio na mata, mas também o conhecimento da cultura pataxó; pois “o nosso principal objetivo é o fortalecimento da cultura e a preservação da mata e o etnoturismo é um complemento que nos ajuda a manter a Reserva”, segundo a autora Nitynawã Pataxó (2011, p.44).

Etnoturismo este que hoje é reconhecimento internacionalmente, salienta Jörg (2017).

13 “Gleba B” (onde localiza-se a Reserva da Jaqueira) sabia-se então que se encontrava nominalmente em poder das imobiliárias Coroa Vermelha - do grupo Góes- Cohabita, com sede em Salvador – e Brasil Colônia - de Belo Horizonte - e da empresa agro-industrial “Florestas Rio Doce”, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce” (SAMPAIO, 2010, p.115).

REFERÊNCIAS

DAHL, G.; RABO, A. (ed.). **Kam-ap or take-off: local notions of development**. Stockholm: Stockholm Studies in Social Anthropology, 1992.

FUSCALDO, B. M. H. & URQUIDI, V. **O Buen Vivire os saberes ancestrais frente ao neo-extrativismo do século XXI**. Polis, Revista Latinoamericana, Volumen 14, N° 40, 2015, p. 81-99.

JÖRG, S. **Clínica da Identidade: da Cosmovisão Pataxó à luta por emancipação**. Tese de Doutorado em Psicologia Social. PUCSP, 2017.

KOPENAWA, D. & ALBERT, B. **A Queda do Céu**: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002. Série Antropologia n° 322. 32p.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista**. Anuário Antropológico 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 13- 56, 1985.

ÍNDICE REMISSIVO

B

Bolsa Família 7, 8, 11, 13, 14

C

Cibercultura 87, 90

Consumo 61, 62, 73

D

Descartáveis 61

Desenvolvimento 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 44, 46, 52, 53, 55, 58, 63, 69, 72, 75, 78, 80, 82, 85, 96, 97, 99

Direitos humanos 42, 104

Direito social 7, 10

E

Etnodesenvolvimento 1, 4, 6

F

Fatos sociais 75, 77, 78, 83, 86

G

Gestão de resíduos 62, 63, 69, 70, 71

I

Identidade 1, 3, 6, 26, 27, 30, 32, 34, 36, 38, 42, 53, 66

Inclusão social 7, 11, 12, 13, 14, 36

Indígenas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 55, 56

Infância 53

Internet 22, 30, 32, 33, 35, 87, 88, 90

M

Mídias digitais 26, 33, 36

Migrações 29

Mineração 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60

Mobilidade 14, 35, 77, 92

Modernidade 9, 26, 42, 69, 92, 93, 96, 98, 100, 101, 102

Movimentos sociais 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 74

O

Obsolescência programada 65

P

Pataxó 1, 2, 3, 5, 6, 56

Pertença 26, 27, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

Política nacional de resíduos 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 73

Políticas sociais 9, 10, 15, 16

S

Sociologia 44, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 102, 103, 104

Sociologia ambiental 44

Sociologia da educação 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Sociologia dos desastres 44

T

Trabalho 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 37, 38, 40, 42, 46, 61, 63, 64, 72, 73, 89, 92, 104

Tradição 9, 26, 38

W

Whindersson 87, 89, 90

X

Xenofobia 18, 22

Y

Youtube 59, 87, 90

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 